

O corpo, a História e a pessoa com deficiência

Silmara Aparecida Lopes¹

O movimento pela inclusão social das pessoas com deficiência vem crescendo. Segundo o Censo (2010), aproximadamente 46 milhões de brasileiros, cerca de 24% da população², declararam possuir pelo menos uma das deficiências investigadas e boa parte, destes, ainda aguardam a oportunidade de participar da vida em sociedade e da fruição de direitos que lhes são fundamentais e indisponíveis.

A orientação teórico-metodológica utilizada para fundamentar este artigo é o materialismo histórico e dialético, estabelecendo uma conexão entre o conhecimento teórico e a realidade histórica.

A pesquisa poderá contribuir para que possamos visualizar o retrato que se construiu da pessoa com deficiência dos primórdios aos dias atuais.

Como fio condutor para essa breve incursão na trajetória das pessoas com deficiência, teremos em mente a questão sobre o tipo de corpo que foi valorizado, desvalorizado, considerado útil, inútil, nos diferentes períodos históricos, por aqueles que exerciam algum tipo de hegemonia, tendo como suporte o trabalho de Bianchetti e Freire³ que trataram sobre tema semelhante ao aqui abordado.

Passaremos a nos defrontar, de modo conciso, com as formas como a deficiência vem sendo encarada nas sociedades primitivas, escravistas, feudais e capitalistas e que concepções, métodos e recursos foram utilizados para a eliminação, segregação e/ou exclusão desses indivíduos. Relembrando que a categoria de modo de produção da vida material determina o caráter geral do processo da vida social, política e espiritual, sendo assim, é o seu ser social que determina a sua consciência e não o contrário, como disse Marx no “Prefácio” Para a Crítica da Economia Política⁴.

O percurso histórico no qual, gradativamente, pessoas com limitações físicas, sensoriais ou cognitivas foram sendo incorporadas ao tecido social, não é linear e é marcado por trajetórias individuais.

É importante lembrar que o corpo é construído historicamente, assim, para Gonçalves, “*Nós somos presença no mundo por intermédio do corpo - o corpo é presença que, ao mesmo tempo, esconde e revela nossa maneira de ser no mundo. A cultura imprime suas marcas no corpo e este expressa a história acumulada de uma sociedade*”⁵.

Com o intuito de localizar as bases objetivas da exclusão social das pessoas com deficiência, buscou-se perquirir as relações com o corpo ao longo dos tempos e como foram surgindo os mecanismos de exclusão, as atitudes de rejeição, as práticas de caridade e assistencialismo, os oportunismos, dentre outros, que foram sendo socialmente construídos. A investigação mostra-se relevante, já que tais condições podem ter produzido determinadas concepções a respeito dos limites e das possibilidades para a existência destas pessoas, que perpassaram os tempos e podem estar, de forma anacrônica ou ajustada, presentes na atual ordem econômica, política e social, moldando o imaginário dos homens contemporâneos.

A deficiência e os povos primitivos

Desde os primórdios foram percebidos os problemas físicos, mentais ou sensoriais, de natureza transitória ou permanente, e os esforços do homem durante sua existência na Terra quanto às superações de suas dificuldades. Apesar da percepção dos obstáculos trazidos pelas deficiências, estas, foram encaradas, durante séculos, como problema individual e não de Estado ou da sociedade.

Os homens primitivos, viviam e realizavam suas atividades produtivas em grupos, os quais eram formados por gens ou tribos. Na maior parte deste período da história, a humanidade foi formada de pequenos agrupamentos de nômades, os quais sobreviviam perambulando pela terra, enfrentando as dificuldades, em busca da caça, da pesca e de tudo aquilo que a natureza podia lhes oferecer. Mais tarde, segundo Engels⁶, com o desenvolvimento da agricultura e do pastoreio, os homens passam a se fixar em determinadas regiões e, desta forma, iniciaram a sua fase de sedentarização.

Na fase de nomadismo, os rios, os lagos e os mares, bem como os campos de caça e de coletas de frutos, podiam ser usufruídos por todos os agrupamentos

¹ Mestranda em Educação pela Universidade de Sorocaba - UNISO

² INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência. Rio de Janeiro, 2010.

³ BIANCHETTI, Lucídio. e FREIRE, Ida. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes In: BIANCHETTI, Lucídio e CORREIA, José Alberto (org.). *Exclusão no Trabalho e na Educação: aspectos mitológicos, históricos e conceituais*. Campinas: Papirus, 2011. p.81 – 108.

⁴ MARX, Karl “Prefácio (1859)”. In: *Para a Crítica da Economia Política*. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 239 (Coleção Os Economistas).

⁵ GONÇALVES, Maria Augusta S. *Sentir, pensar e agir na corporeidade e educação*. Campinas: Papirus, 1997, p. 132.

⁶ ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, p. 24-25.

que por eles transitassem. Na fase de sedentarização, de acordo com Marx e Engels, os animais domesticados e as terras cultivadas, bem como os alimentos extraídos das atividades agrícolas, eram propriedades coletivas da comunidade que as desenvolvessem, o que significa afirmar que *“a primeira forma da propriedade é a propriedade tribal”*⁷.

De acordo com Silva⁸, as condições de existência das pessoas com deficiência nas sociedades primitivas, apesar das poucas informações a esse respeito, apontam no estabelecimento de duas tendências: uma, que perpassou todo este período histórico, marcada pelo abandono, segregação e extermínio das pessoas com deficiência e outra, que vigorou em algumas comunidades sedentarizadas por atitudes de aceitação, de apoio e de assimilação das mesmas. Durante a fase de nomadismo, onde cada membro do agrupamento humano necessitava estar apto para enfrentar os perigos oferecidos pelo mundo selvagem, não havia condições objetivas que permitissem a sobrevivência desses indivíduos. Então, por uma questão de sobrevivência, não tinham outra alternativa a não ser se livrarem daqueles que estavam sem condições de acompanhá-los em seu ritmo de vida.

No processo de sedentarização dos homens, além da descoberta da agricultura e da domesticação de alguns animais, também houve um maior desenvolvimento na produção de instrumentos artesanais, os quais puderam potencializar as ações humanas, melhorando as condições de vida desses povos, favorecendo para que as pessoas com deficiência sobrevivessem. Assim, em tal sociedade as atitudes de aceitação, de apoio e de assimilação das pessoas com deficiência eram possíveis, já que as mesmas poderiam desenvolver atividades que estavam em conformidade com a sua forma de ser, contribuindo na manutenção do grupo. Apesar dessa possibilidade, é provável que alguns povos ainda continuaram a adotar a prática do abandono, da segregação e do extermínio, procedimento que pode ser explicado enquanto resultado da herança de antigos costumes.

Nesses povos, de um modo geral, ainda não presumimos a questão da dominação de alguns homens sobre outros, como verificamos nitidamente em outros modos de produção; as relações de amizade e ajuda prevaleciam, visando atender a sobrevivência do grupo como um todo. Ponce nos auxilia para uma melhor compreensão a esse respeito:

Na sociedade primitiva, a colaboração entre os homens se fundamentava na propriedade coletiva e nos laços de sangue; na sociedade que começou a se dividir em classes, a propriedade passou a ser privada e os vínculos de sangue retrocederam diante do novo vínculo que a escravidão inaugurou: o que impunha poder do homem sobre o homem⁹.

A deficiência e o modo de produção escravista

O Mundo Antigo pode ser caracterizado por sociedades estratificadas entre uma classe que possuía os meios de produção e outra que não os possuía. A principal forma de produção era o escravismo, onde a apropriação da produção era restrita a uma classe que não produzia.

Na Grécia Antiga, devido ao atendimento das necessidades básicas garantidas pelo trabalho dos escravos, os homens livres podiam se dedicar ao ócio. É a partir daí que os homens começam a pensar de forma sistematizada, a construir ideias, paradigmas que atravessarão os séculos. Um desses paradigmas aparece, especialmente em Esparta, onde as crianças que nasciam com deficiência eram lançadas em um precipício. A prática de eliminação sumária, “justificava-se” para o bem da criança e da república, onde a maioria dos cidadãos livres, deveriam se tornar guerreiros e a perfeição do corpo era muito valorizada. Bianchetti e Freire, apontam como outro paradigma o ateniense, com a predileção *“pela vida agitada da polis, a filosofia, a retórica, a boa argumentação e a contemplação vão moldar uma concepção de corpo e sociedade”*. Prosseguem afirmando que *“quanto à concepção do corpo, principalmente, na obra de Platão, abra-se um interstício, uma fresta, uma fenda entre corpo e mente, por onde vai soprar um vento frio pelo resto da história do mundo ocidental cristão (...)”*¹⁰. A divisão da sociedade ateniense entre escravos e livres, acabará por idealizar uma divisão entre o corpo (os escravos) degradado, embaraço da mente, a quem cabe a execução das tarefas degradantes, e mente (os livres) a quem cabe a parte digna, superior, incumbida de comandar, governar, dominar.

Assim como ocorria em Esparta, o Direito Romano não reconhecia a vitalidade de bebês com características defeituosas, todavia o costume não se voltava, inevitavelmente, para a execução sumária (embora isso também ocorresse). As crianças com deficiência eram abandonadas e, muitas vezes, escravos e pessoas pobres que vivam de esmolas, ficavam à espreita para se apossarem dessas crianças e, posteriormente, utilizarem-nas para pedir esmolas, trabalhar em circos ou mesmo para prostituição.

Nesse modo de produção se estabelece a supremacia do trabalho intelectual sobre o manual, evidenciando-se a exploração de alguns homens sobre outros.

A deficiência e o modo de produção feudal

O contexto histórico-cultural da Idade Média foi responsável pela visão de corpo da época. Além do comportamento da população medieval ter sido extremamente controlado, também seu pensamento foi manipulado pelo poder dominante da época: o clero e a nobreza. Usando o nome de Deus, os poderosos obtinham

⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 44.

⁸ SILVA, Otto Marques. *A Epopéia Ignorada: a pessoa com deficiência na história do mundo de ontem e de hoje*. São Paulo: CEDAS, 1986.

⁹ PONCE, Aníbal. *Educação e Luta de Classes*. 17ª edição, Cortez, 2000, p. 25-26.

¹⁰ BIANCHETTI & FREIRE, op. cit., p.88 – 89.

muitos benefícios e a população acreditava que, se contrariasse as ordens da Igreja, não teria a salvação da alma, portanto, não reagia.

O paradigma ateniense repercute na Idade Média, porém, sob o âmbito da teologia que modifica sua terminologia. A dicotomia deixa de ser corpo/mente passando a corpo/alma, no período feudal, e os indivíduos considerados anormais ganham direito à vida, mas são estigmatizados, visto que o modelo moral do cristianismo/catolicismo tende a encontrar ligações entre as diferenças/deficiências e o pecado. Nesta divisão a alma era considerada a parte digna de atenções e cuidados, por sua vez, o corpo ora era considerado o “*templo de Deus*”, ora era visto como “*oficina do diabo*”, o que gerava contradições difíceis de serem superadas¹¹. À medida que a Idade Média avança, a relação das diferenças físicas com o pecado começa a intensificar-se, entretanto, é necessário que se perceba que esta visão “negativa” da deficiência/diferença surge antes, como no Antigo Testamento da Bíblia que encara os infortúnios, de um modo geral, como uma possível manifestação dos castigos divinos.

No Novo Testamento, encontramos referências aos cegos, surdos e paráliticos como pessoas que provavelmente tenham cometido algum pecado e que por esse motivo sofriam tais “penalidades” físicas. Um dos milagres de Cristo, pode nos ajudar a observar essa relação entre o pecado e a deficiência:

Vendo-lhes a fé, Jesus disse ao paralítico: Filho, os teus pecados estão perdoados [...] E Jesus, percebendo logo por seu espírito que eles assim o arrazoavam, disse-lhes: Por que arrazoais sobre estas coisas em vosso coração? Qual é mais fácil? Dizer ao paralítico: Estão perdoados os teus pecados, ou dizer: Levanta-te, toma o teu leito e anda?¹²

Destarte, é inteligível que a Igreja Católica tenha conduzido a sociedade medieval nessa direção, tanto que os castigos impostos ao corpo, tais como as flagelações, a fogueira e as torturas da Santa Inquisição representavam a purificação dos pecadores.

Por outro lado, podemos conjecturar que a Igreja “colaborou” para uma mudança na maneira pela qual as pessoas com deficiência eram vistas e tratadas pela sociedade, ao imprimir a ideia de que essas pessoas eram alertas de Deus e que ofereciam aos homens a oportunidade de praticar o bem. Assim, o flagelo de uns servia para a salvação de outros.

A deficiência e o Modo de produção capitalista

A passagem do feudalismo ao capitalismo vai trazer mudanças profundas que repercutirão em várias direções. Vamos tentar compreender um pouco essa transição e de que maneira isto foi organizando a sociedade e atingindo a situação das pessoas com

deficiência. Marx e Engels, contribuem quando explicam sobre as transformações diante de novas condições de existência:

Será necessária uma profunda inteligência para compreender que, com a modificação das condições de vida dos homens, das suas ligações sociais, da sua existência social, também se modificam suas representações, suas concepções e seus conceitos, numa palavra, sua consciência?¹³

O período conhecido como Renascimento, não resolveu de maneira satisfatória a situação na qual se encontravam as pessoas com deficiência, entretanto, vai transformando a vida social e o comportamento do homem comum. Um mundo com maior presença da razão começa a ganhar força e a moldar as raízes do homem. Com a paulatina libertação quanto aos dogmas e credências típicas da Idade Média, entre os séculos XIV a XVI, no mundo cristão europeu, ocorreu uma gradual e evidente mudança sócio-cultural, com maior reconhecimento do valor humano.

Esse novo momento histórico, que acompanhou a burguesia estabelecendo as condições necessárias para, enquanto classe, exercer a hegemonia, diferencia-se radicalmente da situação anterior em que os homens viviam da produção para a subsistência. Nesse período, o antropocentrismo passa a ser evidenciado e fortalecido, com o homem não aceitando mais a posição de figurante.

Pelos desafios colocados à ciência, novas descobertas foram impulsionadas, assim, temos Newton (1642-1727) que ao apresentar uma visão mecanicista do universo, contribui para que o corpo passe a ser definido e encarado como uma máquina, o que desencadeará num resultado desastroso e persistente para as pessoas com deficiência: se o corpo é uma máquina, a diferença/deficiência é o mau funcionamento de uma parte dessa máquina. Enquanto na Idade Média a deficiência poderia estar associada ao pecado, ao castigo, passa, então, a ser relacionada ao mau funcionamento. Locke (1632-1704), ao definir o recém-nascido e o idiota como “*tabula rasa*” e o comportamento como produto do ambiente, possibilita o entendimento da deficiência como a carência de experiências que poderiam ser supridas pela educação, abrindo caminho para que estudos e experiências, nessa área, fossem realizados ulteriormente.

Nessa incursão pela história, observamos a burguesia que, após sair vitoriosa da Revolução Francesa e agindo enquanto classe dominante, passa a demonstrar seu caráter reacionário, sonhando aos outros os mesmos direitos pelos quais lutara para garantir. Em A ideologia Alemã, temos que: “*Cada nova classe que passa a ocupar o posto daquela que dominou antes dela se vê obrigada, para poder encaminhar os fins que persegue, a apresentar seu próprio interesse como o interesse geral*

¹¹ Idem, ibidem.

¹² A Bíblia Sagrada. Tradução: João Ferreira de Almeida. 2ª Ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. Mc, Cap. 2, vers. 5.8.9.

¹³ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 2000.

de todos os membros da sociedade”.¹⁴

A partir da Revolução Industrial, que teve início principalmente na Inglaterra do séc. XVIII, caracterizada pela passagem da manufatura à indústria mecânica, o ritmo de produção passa a ser ditado pela máquina e pelo controle do trabalhador, sendo essa uma das formas de produção para atingir os objetivos do capitalismo, que é o alcance da mais-valia, da acumulação. As anomalias genéticas, as guerras e as epidemias deixaram de ser as únicas causas das deficiências e o trabalho, muitas vezes, em condições precárias, começou a ocasionar acidentes mutiladores e doenças profissionais. Emergem-se, assim, algumas mudanças para esses indivíduos, com uma atenção mais especializada e não somente institucional como em hospitais e abrigos.

A participação médica na reabilitação dos deficientes foi marcante, trazendo maior inquietação em relação à educação das pessoas com deficiência. Através da experiência feita pelo médico Jean Itard, no início do séc. XIX, com um menino encontrado perdido em uma floresta e que apresentava hábitos de animal selvagem e características de deficiência mental, foi demonstrado que o atraso que essa criança apresentava tinha origem não em fatores biológicos, genéticos, mas no fato de não ter sido integrada na sociedade humana, evidenciando-se que pessoas com deficiência eram capazes de aprender.

Consideramos relevante entender a concepção de corpo no modo de produção capitalista, particularmente em seu estágio avançado. A sociedade contemporânea, condiciona o corpo a uma supervalorização e o coloca no centro das propostas consumistas e alienantes do mundo capitalista, transformando-o no mais novo produto de consumo. Desse modo, a busca pela inserção no mercado de trabalho e a aceitação no meio social depende da boa aparência física, e quem não se insere nos padrões fica à margem da sociedade.

Apesar dos avanços técnico-científicos e do discurso pela inclusão social, a sociedade individualista e consumista, em geral, continua rejeitando as pessoas com deficiência, tendo como evasiva, muitas vezes sutil, o fato de elas não se enquadrarem ao perfil social e estético proclamado.

Retornando à contextualização histórica, no século XX não podemos afirmar, de forma contundente, que a maneira de conceber e tratar as pessoas com deficiência tenha obtido uma melhora significativa. No modo de produção capitalista onde o Deus pode ser reconhecido pela alcinha de dinheiro, um dos pecados dessa religião é não ser produtivo, trazendo consequências para a vida dessas pessoas que a priori costumam ser consideradas incapazes, dificultando a utilização de suas potencialidades. Apesar da exigência legal de cotas para trabalhadores com deficiência, de acordo com dados do Censo 2010, mais de 50 % das pessoas com deficiência estavam fora do mercado de trabalho¹⁵.

Contudo, foi nesse século que se intensificou, de modo geral, o desenvolvimento de programas, centros de treinamentos e assistências aos veteranos de guerra. Principalmente após a II Guerra Mundial, a questão da deficiência, ganha relevância política no interior dos países e, também, internacionalmente, na área de atuação da Organização das Nações Unidas (ONU). Consequentemente, a situação das pessoas com deficiência passa a ser objeto de debate público e a constar na agenda das ações políticas, especialmente a partir de 1980, inclusive no Brasil.

Para entendermos melhor algumas mudanças no Brasil, mormente nos anos 90 do século XX, é de suma importância que tenhamos uma noção do papel do Estado que passa a ser ideologicamente trabalhado e construído, pelas políticas neoliberais, sendo necessária uma compreensão básica de conceitos como Sociedade Civil, ONGs, Estado mínimo, ajustes estruturais, organismos internacionais.

Iniciaremos pela definição de governo neoliberal que, segundo Torres¹⁶, é aquele que “propõem noções de mercados abertos e tratados de livre comércio, redução do setor público e diminuição do intervencionismo estatal na economia e na regulação do mercado”. O autor prossegue apontando que o neoliberalismo histórica e filosoficamente está agregado com procedimentos de ajuste estrutural, o qual, pode ser definido “como um conjunto de programas e políticas recomendadas pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e outras organizações financeiras”. Um aspecto fundamental do neoliberalismo é a diminuição drástica do setor estatal. Para os governos neoliberais “o melhor estado é o estado mínimo”.

Na sequência, tentaremos compreender o conceito de Sociedade Civil que hoje está atrelado à ONGs e, consequentemente, ao Terceiro Setor.

As ONGs surgiram no Brasil no período do regime militar, cresceram na década de 1980 e tornaram-se mais visíveis ao grande público na década de 1990. Essa expansão do trabalho das Instituições filantrópicas, ONGs, consolidam-se no bojo dos processos sociais e econômicos que nos últimos 30 anos, têm transformado a maioria das sociedades ocidentais sob a égide do capitalismo em sua versão neoliberal.

Nesse contexto, o cenário brasileiro passa a sofrer as intervenções, no que tange à reestruturação econômica e social, de organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, etc). Arantes¹⁷, ao tratar sobre o papel das ONGs e das empresas na Sociedade Civil brasileira, especialmente na década de 1990, afirma que, elas, têm seguido a receita de políticas compensatórias recomendadas pelos patrocinadores da reestruturação

¹⁶ TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e Política Educacional. Elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTIL, Pablo.(org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Petrópolis: Vozes. 1995, p. 114-115.

¹⁷ ARANTES, Paulo. Esquerda e Direita no espelho das ONGs. In: *ONGs identidade e desafios atuais*. Cadernos ABONG. Publicação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. N° 27 – maio/2000.

¹⁴ MARX, & ENGELS. *A ideologia Alemã*, op. cit., p. 72

¹⁵ INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010*, op. cit.

econômica e social em curso, tendo o Banco Mundial à frente. O autor prossegue, dizendo que nesse arcabouço de mudanças trazidas pela influência do neoliberalismo, está incluída uma nova concepção do papel do Estado com o enxugamento de parcela específica de suas funções, principalmente aquela de executor das políticas sociais e que a concretização dessas políticas passa a ser delegada a parceiros da Sociedade Civil, entidades sem fins lucrativos, ONGs, contando, inclusive, com o repasse de verbas públicas.

Devido a essa situação, a Sociedade Civil e as empresas em especial, são chamadas para ampliar a responsabilidade sobre a sociedade em que vivem no que diz respeito ao “bem estar social”, através de ações de “benfeitorias” voltadas para a comunidade. Segundo Arantes, as empresas canalizam o trabalho voluntário ao induzir seus empregados a realizá-los junto às comunidades, transformando-o em vantagem competitiva, com a agregação de seus produtos à imagem de empresa cidadã.

O neoliberalismo traz como efeito colateral o desenvolvimento de um imaginário coletivo negativo quanto à competência da nação para enfrentar seus próprios problemas e, por essa razão, costuma deixar ao mercado e à Sociedade Civil a responsabilidade pelo seu desenvolvimento.

Diante do exposto, destacamos os programas destinados à suposta inclusão social das pessoas com deficiência que vêm se proliferando, especialmente a partir da década de 1990, como o “Criança Esperança” (Rede Globo), TELETON (SBT), campanhas midiáticas (tendo como mote a participação desses indivíduos na sociedade), bem como a manutenção e o crescimento da participação de diversas instituições e organizações, não governamentais, voltadas para o atendimento dos diferentes tipos de deficiências (físicas, intelectuais, sensoriais), impulsionadas pelas políticas do modelo de Estado neoliberal, de participação mínima nas políticas sociais, deixando amplo espaço para a “filantropização e a privatização” de políticas públicas que antes cabiam ao Estado. De acordo com Oliveira¹⁸, essa “privatização” do que deveria ser público, muitas vezes, ocorre a expensas do imposto de renda, do qual são abatidos os gastos filantrópicos, donde podemos aventar que o Estado, quanto à tarefa referente ao desenvolvimento de políticas sociais, continuará estimulando o trabalho político e social das ONGs e das empresas. Gaudêncio Frigotto¹⁹, referindo-se à liberdade do mercado, aponta que “a livre concorrência, numa sociedade de classes, é uma falácia.” Continua esclarecendo que a ideia-força que move e sustenta o neoliberalismo é a de que “o setor público (o Estado) é responsável pela crise, pela

ineficiência, pelo privilégio, e que o mercado e o privado são sinônimo de eficiência, qualidade e equidade”. Partindo desta ideia-chave, resulta:

[...] a tese do Estado mínimo e da necessidade de zerar todas as conquistas sociais, como o direito à estabilidade de emprego, o direito à saúde, educação, transportes públicos, etc. Tudo isso passa a ser comprado e regido pela férrea lógica das leis do mercado. Na verdade o Estado mínimo significa o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital²⁰.

Destarte, podemos conjecturar que as ações voltadas para as pessoas com deficiência e para as minorias sociais nas três últimas décadas, vêm servindo mais para a manutenção dos ideais das classes dominantes, que vão conduzindo a vida material, social, política e cultural em prol de seus interesses, camuflando a realidade com novos discursos e ideologias. Particularmente, no que tange ao incentivo do trabalho das ONGs, libera-se a responsabilidade das políticas públicas, voltadas às pessoas com deficiência para a Sociedade Civil que ao contar com o envolvimento ideológico do senso comum (que é induzido a acreditar nas “benesses” do discurso hegemônico do Estado mínimo e da eficiência do livre mercado), acabam por “acalmar” os conflitos e as contradições (que são inerentes à sociedade dividida em classes), bem como as possíveis manifestações organizacionais e populares. Mantendo-se, assim, o controle da sociedade, pelos blocos históricos hegemônicos²¹ da contemporaneidade, e mascarando as mazelas sociais, as quais se encontram mais intensificadas neste séc. XXI.

Nesse breve percurso histórico, é possível observar que em diferentes épocas e culturas, o tratamento dispensado aos indivíduos com deficiência, especialmente àqueles das classes sociais dominadas, tem variado, entretanto, percebe-se que sempre existiu uma constante histórica: a “estigmatização” que legitima o preconceito e a continuidade do “prejuízo histórico” que carregam em relação ao usufruto dos bens sociais, culturais, econômicos e políticos. Da fase de eliminação sumária até o, ainda, almejado tratamento humanitário e mais equânime, passaram-se séculos de história.

Chegamos ao séc. XXI, que trouxe em sua bagagem fatores como avanços tecnológicos, em diversas áreas, e direitos conquistados que preenchem diversas lacunas importantes para o bem-estar do homem, mas ao mesmo tempo, as desigualdades sociais,

²⁰ Idem, ibidem.

²¹ A expressão blocos históricos, é utilizada no sentido gramsciano, como sendo a estrutura global na qual se incluem, como momentos dialéticos, a estrutura econômica e as superestruturas ideológicas. Nesse caso específico, é utilizada para indicar a influência e o poder do Banco Mundial, FMI e outras organizações, tanto nacionais quanto internacionais, que exercem a hegemonia (seja política, econômica, intelectual) na era neoliberal. Sobre blocos históricos, ver mais em GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Ed. Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1975.

¹⁸ OLIVEIRA, Francisco de. Brasil, da pobreza da inflação para a inflação da pobreza. In: *ONGs identidade e desafios atuais*. Cadernos ABONG. Publicação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Nº 27 – maio/2000

¹⁹ FRIGOTTO, Gaudêncio Os Delírios da Razão: Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo Educacional. In: Gentili, Pablo. (Org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 77-108.

o progresso desmesurado, as cobranças cada vez mais inexoráveis em torno da produtividade, competitividade e consumo, ameaçam a todo tempo tudo o que foi conquistado.

A lógica capitalista cuja finalidade é o lucro e o investimento em retornos imediatos, é contraditória à solução de vários problemas sociais, dos quais podemos destacar a situação de pauperismo e marginalidade a que boa parte da população é submetida, incluindo-se um elevado número de pessoas com deficiência. Num país como o Brasil que, de acordo com o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD, 2010), tem o terceiro pior índice de desigualdades do mundo, a situação das pessoas com deficiência e de outras minorias sociais, continua trazendo bastante preocupação e indicação de que as classes dominantes ao “remediar os males sociais”, apenas, desejam continuar assegurando a sua existência hegemônica, fazendo-nos lembrar do que Marx e Engels, chamaram de socialismo conservador²².

Após uma década deste século, ainda diante de preconceitos, discriminações e ostracismos, podemos presumir maiores pressões por parte das pessoas com deficiência e das organizações que lutam em seu benefício com o intuito de garantir seus direitos, bem como de encaminhamentos dos temas ligados à cidadania e aos direitos humanos, que vêm sendo compelidos pelas minorias sociais e classes dominadas para novos olhares e atitudes quanto ao seu papel na sociedade. No entanto, é possível observar movimentos não revolucionários, que ao se “contentar” com reformas sociais promovidas para “abafar” as contradições e os conflitos, deixam de lutar pelo real enfraquecimento e transformação de discursos socialmente forjados e impostos, procrastinando e, quiçá, impossibilitando mudanças profundas no seio desta sociedade capitalista.

Artigo recebido em 6.11.2013

Aprovada em 4.2.2014

²² MARX e ENGELS no *Manifesto do Partido Comunista*, ao tecer comentários sobre a literatura socialista e comunista, explicam que no socialismo conservador uma parte da burguesia almeja remediar os males sociais para continuar garantindo sua existência e que os socialistas burgueses querem usufruir das condições de vida moderna, porém, sem os conflitos que dela inevitavelmente vão emergir.